

# RESENHA

## A face obscura dos livros didáticos de Língua Portuguesa

Rafahel Jean Parintins Lima<sup>30</sup>

---

BAGNO, M. **Sete erros aos quatro ventos**: a variação linguística no ensino de português. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, 192p.

ISBN: 978-85-7934-061-1

---

Em *Sete erros aos quatro ventos*, Marcos Bagno novamente escreve sobre ensino e variação linguística, dessa vez analisando o tratamento da variação em 24 (vinte e quatro) coleções de livros didáticos de Língua Portuguesa aprovados pelo PNLD 2008 (Plano Nacional do Livro Didático). Cada coleção se compõe de 4 (quatro) volumes, abarcando as séries de 5ª a 8ª. A obra está organizada em 7 (sete) capítulos, além do prólogo e do epílogo.

O primeiro capítulo apresenta, de uma forma geral, as coleções a serem analisadas, levantando suas editoras e suas autoras e autores. Bagno aponta o centralismo regional das publicações, que tem como uma de suas implicações a possível inadequação a contextos sociais brasileiros diferentes, no caso, do estado de São Paulo. Neste capítulo, ele também comenta o que chama de ciclo vicioso ou cadeia transmissiva do processo de circulação do livro didático, que permite a aliança entre uma pedagogia conservadora e o uso de livros didáticos permeados pela gramática normativa.

---

<sup>30</sup> Mestrando em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL/UNICAMP). E-mail: rafahel.jean@gmail.com.

O segundo capítulo traça uma crítica à formação pedagógica dos profissionais de Letras, que saem dos cursos de graduação despreparados para o enfrentamento da sala de aula. O problema do curso de Letras começa, segundo o autor, com o próprio nome do curso (proveniente de “Belas Letras”), que, em sua origem, estava ligado a um caráter de formação erudita e intelectualista. Mais do que isso, em sua origem no Brasil, a justificativa oficial desses cursos se pautava na ideia do “português correto”. Quando os avanços na área dos estudos da linguagem foram se fortalecendo no país, os currículos universitários foram absorvendo de maneira desordenada os progressos da área. Por fim, ele propõe que os cursos de ciência da linguagem tenham, além das disciplinas de Literatura, formações introdutórias em diversas áreas das ciências humanas e sociais, seguidas de estudos da área da *linguagem* (Análise do Discurso, Filosofia da Linguagem, etc.) e, por fim, de estudos de áreas mais clássicas do estudo da *língua* (Fonologia, Sintaxe, etc.).

O terceiro capítulo trata mais particularmente da teoria sociolinguística e da sociologia da linguagem: as noções de norma culta, norma padrão e *continuum* dialetal, por exemplo. O autor destaca que essas noções são intrinsecamente questões ideológicas: há um complexo jogo de relações nunca igualitárias entre língua e sociedade, porque, embora as variedades linguísticas se equivalham funcionalmente, elas possuem valores sociais diferentes. Esse último arrazoado é tributário, segundo o autor, muito mais à sociologia da linguagem do que à sociolinguística.

O quarto capítulo se volta mais particularmente para o levantamento das principais questões suscitadas pelas análises realizadas pelo autor. Essas principais questões (os “sete erros” do título) são resumidas nas seguintes formulações: a falsa sinonímia entre culto e padrão, a desconsideração da variação estilística, a consideração do padrão como uma “variedade”, a consideração da variação como coisa de “caipira”, a idealização da escrita, a pressuposição de que apenas o padrão tem regras e a exercitação da “tradução” de textos do “não-culto” para o culto.

O quinto e o sexto capítulos discutem os resultados das análises. O autor, por exemplo, apresenta casos de usos da norma culta que contradizem as prescrições da gramática normativa. O autor relata ainda que, para adotar um discurso que exale a consideração da diversidade linguística, a

maioria dos livros didáticos lança mão do termo “informalidade”, em simples substituição ao termo “erro”, ainda privilegiando, assim, um suposto registro “formal”, que, no entanto, nos livros, no fim das contas, ainda consiste na norma padrão.

O sétimo capítulo apresenta algumas contribuições que o autor considera interessantes e louváveis no tratamento da variação linguística que os livros analisados apresentam, apesar das anomalias nesse mesmo campo citadas pelo autor ao longo do livro.

O autor do célebre *Preconceito linguístico* (BAGNO, 1999) mais uma vez nos chama a atenção pelo estilo militante de sua escrita, que deixa claro seu caráter político, afastando-se, um pouco, da linguagem acadêmica dos artigos científicos, mas sem, evidentemente, perder a objetividade. Encontramos a presença de termos criativos (como “norma oculta” e “norma curta”, apenas para citar dois casos), com menos preocupação com precisões terminológicas, além de gráficos inusitadamente metafóricos, como aquele em que apresenta a figura de um *iceberg* prestes a receber o choque de um *Titanic*: a ponta do *iceberg* é a norma “curta” (leia-se “cultura”) e o que está submerso é o que chama de norma oculta – sendo esta a contraparte ideológica da primeira.

Tal estilo, claramente com intenções de tornar (e, de fato, tornando) o livro mais interessante, favorece o seu acesso não apenas a estudantes ou pesquisadores universitários, mas também, é claro, a professores de Língua Portuguesa. A obra possui, assim, dois gumes: o universo acadêmico e o universo propriamente profissional (autores, editores, professores).

O texto de Bagno é esclarecedor, principalmente para o educador da disciplina de Língua Portuguesa. No entanto, por causa da complexidade sociopolítica e cultural do universo profissional dos professores, mesmo com o tom político realista dessa obra, talvez o universo acadêmico ainda seja o mais hábil em absorver a amplitude da questão tratada.

Uma interessante reflexão que Bagno tem feito é em torno da forte natureza ideológica (em um sentido nada positivo de ideologia) da correção gramatical e da defesa, mesmo que pontual, do ensino das normas padrão e culta. Embora as pesquisas sobre o livro didático tenham aumentado cada vez mais e a questão da presença da ideologia nele já tenha sido tocada várias vezes, o foco das análises em uma questão (socio) linguística específica era premente.

O educador que está no campo de batalha da sala de aula (a metáfora bélica é ainda aplicável), embora talvez necessite se empenhar para compreender a complexidade dos processos sociolinguísticos, em grande parte criada ideologicamente, vencida essa dificuldade, será apresentado com um texto que cita pontualmente os problemas de parte dos livros didáticos que circulam nas escolas. O livro, indiretamente, nos dá ideia dos desafios que enfrenta o professor em seu cotidiano profissional, mesmo quando visualizamos apenas vagamente os movimentos ideológicos que se perpetram pelos livros didáticos por falta, às vezes, de maturidade teórica de seus produtores. A obra acerta em crucificar o livro enquanto produto, e não enquanto obra de um “culpado” em particular (questão mais complexa). Além disso, ela nos deixa a reflexão sobre o papel do linguista nesse processo de produção e ensino, além do papel (mesmo recusado, mas com certeza em funcionamento) do linguista na sociedade; e, por fim, o papel das políticas governamentais em torno da língua.

Apesar de alguns pontos polêmicos, como a questão da ascensão de uma “nova classe média” sem uma discussão minimamente aprofundada, a obra nos leva, ainda que indiretamente, a refletir se o diagnóstico do tratamento dado à língua pelo livro didático deve ser feito sem considerar minuciosamente o contexto de formação de profissionais da língua, de todo o processo de produção, avaliação, circulação e uso do livro didático e a realidade escolar e social: esse é um desafio. Faz-nos refletir também sobre a possibilidade de transformação a partir dos conhecimentos gerados pela academia e/ou das possibilidades de intervenção a partir da reflexão e competência do professor.

Do ponto de vista do professor de Língua Portuguesa, diante do quadro que nos é mostrado, Bagno, como bom autor, além de nos deixar perplexos, nos incita a refletir sobre a mesma pergunta de sempre: o que fazer? A obra nos ajuda a limitar melhor a gama de possibilidades da prática pedagógica (ensinar [que] gramática?) e nos ajuda a pensar sobre “essa coisa” com que estamos lidando quando nos propomos trabalhar, mesmo que parcialmente, com o livro didático.

**Recebido em: Fevereiro de 2014**

**Aceito em: Março de 2014**